

OS ESPAÇOS DE URGÊNCIA NA VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO NA METRÓPOLE BRASILEIRA

William Rosa Alves¹

Autores somos todos, co-protagonistas de um enredo em permanente construção / destruição. As grades altas e espetadas que incluíram um horizonte prisional em nosso cotidiano são irmãs, gêmeas, do exílio excludente a que condenamos permanentemente a maior parte dos cidadãos do planeta. Periferia, "banlieue", "ghetto", favela: é sempre a mesma história de destinar o menos urbano, o mais inacessível e desqualificado dos espaços para evitar a convivência que ameaça valores imobiliários e estabilidade social. Então a cidade se defende dela mesma, imaginando que finalmente possam existir espaços absolutamente imunes à pobreza e isentos de contradições ou utopias de conversão final de todos os habitantes urbanos em clientes e consumidores. (Raquel Rolnik)

O que é urbano nesse contexto? O urbano é agora, sobretudo, a antinação. É o assentamento definitivo da produção e do controle político social na cidade, por certo, mas a cidade agora é todo o país; ... É um novo recorte entre sociedade civil e Estado: a diferença passa agora a se dar numa formação em que o Estado e a grande burguesia internacional estão de um lado e o resto da nação do outro...”
(Francisco de Oliveira)

Prólogo

Há alguns anos, quando do planejamento de um percurso de campo com um colega da Geografia da UFMG, perguntamos sobre um trajeto a um verdureiro ambulante na periferia da metrópole Belo Horizonte. De quebra, ao perguntar sobre um ramo de brócolis, ele nos disse que não tinha, mas que pelo celular chamaria o filho e logo teríamos em mãos tal produto, já que viria de moto. Agradei, mas recusei, em razão de um tempo do “meu” trabalho que não permitiu tal tolerância. Mas comecei a pensar no caso da troca se realizar. Ora, ele cobraria pelos brócolis a chamada telefônica e o combustível da moto – quiçá o tempo de trabalho do filho? Eu deveria comprar em grande quantidade o que pedira, ou outro produto para ele não ficar no prejuízo? Ou ele raciocinou pela minha volta ou indicação e mais fregueses?

¹ UFMG (Professor) E UFF (Doutorando)
wralves.bhz@uol.com.br

Desde então, venho refletindo sobre a contradição entre a totalidade do espaço e as situações mais corriqueiras e aparentemente incoerentes ou – segundo alguns – insulares.

A Geografia e a formação social brasileira: onde está a pobreza?

Em razão de suas presenças na sociedade moderna, inclusive a brasileira, a Geografia participa da formação do senso comum, seja direta – na escola regular desde o nível fundamental –, seja indireta e difusamente – como referência ideológica – e assim institui simbolicamente o território da pátria. Por aí foram pautados seus caminhar, de conteúdo e como método, apesar da inanição teórica reclamada por alguns, denunciando a omissão, por vezes proposital, do espaço como categoria abstrata que se concretiza². A obliteração do conhecimento geográfico no contexto da aceleração da existência em razão dos desígnios do capital na forma mercadoria, implicou em uma ignorância produzida mediante a expansão e totalização – o que não quer dizer absolutização – do modo de produção capitalista – e assim em prol dela –, como mundialização³. A extensão das condições gerais da produção centrada na indústria – como separação do produtor dos meios de produção – foi interesse propulsor da concretização do espaço abstrato, embora não tenha se restringido a isto. Desde pelo menos o século XII, há uma (re)urbanização consistida na unificação – que não se traduz em homogeneização absoluta – dos rumos das formações sociais⁴.

É curioso que, embora se fale do sentido geral da urbanização a fim da confluência das condições e das pessoas – alguns se referem até às classes com algumas acepções válidas –, vê-se no mundo contemporâneo a denúncia e a defesa de uma pulverização da existência humana – por alguns dita como tribalização e por outros até uma atomização. Nesta via, parte do discurso e da prática na/da Geografia brasileira acompanha cada vez mais os dizeres acerca da “exclusão social” e seus respectivos meios, formas e modos de inclusão ou integração

² Entre os que criticam a geografia por sua insuficiência teórica, destacam-se Yves Lacoste (em *A Geografia – isso serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*, Campinas, Papirus, 1988), e Milton Santos (em *Por uma Geografia nova*, 4ª ed., São Paulo, Hucitec, [1979] 1996).

³ A referência da “mundialização”, mais densa que a generalidade e superficialidade da noção de “globalização”, pode ser encontrada em François Chesnais (*A mundialização do capital*, São Paulo, Xamã, 1996).

⁴ Uma descrição e alguma análise das mudanças que conformaram a modernização do espaço e do tempo no mundo ocidental se encontram em Ruy Moreira, especialmente em “O paradigma e a norma” (Capítulo 5 de *O espaço corpo do tempo: a produção geográfica das sociedades*, Tese de Doutorado e Geografia Humana, São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia / Departamento de Geografia / Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH / Universidade de São Paulo – USP, 1994). David Harvey analisa o período atual, dito como “transição” do moderno fordista para uma continuidade mutante e errática, haja vista a compressão do tempo-espaço (*Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, 8 ed., São Paulo, 1999).

A Geografia das espacialidades aparentemente extrínsecas ao espaço como condição, meio e produto mais amplo do mundo moderno quase sempre propõe uma apropriação dos objetos já presentes na cena contemporânea, constituindo – e ajudando a instituir – uma perspectiva de distribuição a partir da assunção, mesmo pelos que até então não alcançaram as condições legitimadas como “humanas”, de uma determinada concepção de riqueza. Por ora, perguntamos se tal idéia, ao defender a transformação completa dos elementos das espacialidades vistas como desprovidas dos meios reconhecidos de realização da riqueza, despreza conteúdos nelas existentes e assim impelem à adoção de formas já questionadas como solução da própria “exclusão social”⁵. Ou seja, a “inclusão” virá de fora do contexto tornado objeto da intervenção e então crescem as chamadas “parcerias” vistas como continentes da esperança de superação das agruras vividas por tais frações da sociedade brasileira. Tal referência praxeológica cultiva uma concepção de espaço estruturalista o suficiente para não considerar os nexos para além da efetiva segregação encontrada numa sociedade como a brasileira. A esse escopo chamamos de “Geografia da pobreza” (quicá da “miséria”).

Nesta jornada, intentamos outro sentido: se (re)conhecermos como os espaços de urgência têm contribuído para sustentar e até desenvolver a urbanização no sentido industrial-mercantil – capitalista –, mesmo as mais sofisticadas espacialidades – como os condomínios fechados nas metrópoles brasileiras –, identificaremos os fundamentos desta urbanização crítica⁶ para cogitarmos outra concepção de riqueza que não a circunscrita à forma mercadoria. Ou seja, se é possível refletir sobre outro modo de vida que não este centrado numa apropriação privada – cada vez mais estatista – dos meios de vida, em que o pressuposto da produção e apropriação da riqueza é a generalização da pobreza? A superação da heterotopia capitalista apoiada pela “Geografia da Pobreza” requer quais elaborações?

Neste texto, pretendemos apresentar como os espaços de urgência, no caso alguns assentamentos periféricos das metrópoles brasileiras, contribuem –talvez mais importante em termos qualitativos do que o quantitativo – para a reprodução social contemporânea. Trata-se de um ensaio a fim de construção de uma “Geografia da riqueza”, ou seja, a pergunta que nos move aqui é: a urbanização tende ao urbano no sentido do encontro humano, da diferenciação emancipação da sua existência, da (re)apropriação do que por

⁶ A expressão, difusa na obra de Henri Lefèbvre, aparece mais claramente em “Ao redor do ponto crítico” (em *O direito à cidade*, São Paulo, Moraes, 1991, p. 71-83) e nos capítulos 1 (“da Cidade à sociedade urbana”) e 4 (“Níveis e dimensões”) da obra *A revolução urbana* (Belo Horizonte, ed. da UFMG, 1999). Amélia Luisa Damiani resume a idéia nos termos da “impossibilidade do urbano para todos” (“A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica”, *Terra Livre*, São Paulo, n. 15, 2000, p.30 e ss.).

ora se institui como negação da vida? Quais os limites do sentido mercantil que reitera uma urbanização anticidadã⁷?

O termo “assentamento” corresponde aqui à materialidade dos produtos – habitações e equipamentos de infra-estrutura e de serviços voltados ao provimento das necessidades sociais específicas da coletividade em foco – e à concretude das relações diretamente referentes à vida provida dos meios materiais no rumo da própria superação quanto às limitações da natureza – o “sistema de mediações de primeira ordem”⁸. Contrasta aqui dos termos “bairro” – com conotação de um vivido organizado, constituinte da reprodução da vida sem a redução já avançada à instituição do cotidiano como totalidade⁹. As formas materiais variam desde os loteamentos em qualquer grau e complexidade de ocupação, passando pelas favelas e sua diversidade e desigualdade internas, até os conjuntos habitacionais produzidos na totalidade etc., bem a gosto do conceito de espaço diferencial de Henri Lefèbvre¹⁰. O adjetivo “periférico” aqui corresponde à espacialidade habitada pelos subalternos, ou nos termos de Lefèbvre, mais apartados do *urbano* como centralidade: “O urbano é *pontual*. Ele se localiza e se focaliza. Intensifica-se aqui ou ali. Ele não existe sem esta localização: o centro. Assim, o pensamento e a reflexão só têm lugar se propiciam um lugar a si mesmos. A *pontualidade* do fato, do acontecimento, é uma regra. Conseqüentemente, uma regulação. Em torno de um ponto, tomado como centro (momentâneo), reina uma ordem próxima, que a prática produz e a análise apreende. Isso define uma *isotopia*”¹¹. É em busca desta condição que percorremos a urbanização

⁷ Expressão usada por Sérgio Martins a fim de qualificar as relações concretas estabelecidas na sociedade brasileira desde a origem da urbanização que possibilitou a formação das metrópoles, ou seja, em que alguma autonomia da formação social brasileira implicou na aceleração da atividades e mudanças nas instituições a fim de atualização perante aos desígnios do mundo moderno, representado pelas sociedades capitalistas avançadas – países da Europa Ocidental e Estados Unidos, principalmente. Caracterizam-se sobretudo pela permanente negação do *outro* como humano, e assim interditam qualquer movimento que reivindique ou irrompa qualquer instituição pela igualdade entre os de rosto humano. Em tal urbanização vê-se que o Estado prioriza a indução dos mercados – correspondentes às frações do capital aqui chegadas ou aqui formadas – que selecionam pelas posses materiais – desde o dinheiro até as condições de participação na reprodução social, como a escolarização-educação – em detrimento até da perspectiva liberal-burguesa da prosperidade comum, como a cidadania praticada nas sociedades capitalistas referidas acima (*Nos confins da metrópole: o urbano às margens da represa Guarapiranga, em São Paulo, Tese de Doutorado, Geografia Humana, São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Geografia / Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH / Universidade de São Paulo – USP, 1998*).

⁸ Como explica Ricardo Antunes em *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (3ed. São Paulo, Boitempo, 2000, p.19 e ss.).

⁹ Conforme Odette Seabra em *Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão* (Tese de Livre Docência em Geografia Urbana, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH / Universidade de São Paulo – USP, 2003, em especial na “Introdução” e na p.133 e ss.).

¹⁰ Dentre as obras do autor que elaboram sobre tal expressão, encontra-se traduzida *A revolução urbana* (Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 1999, p.45 e ss.). Yves Lacoste também discorre sobre a questão em *A Geografia – isso serve, antes de mais nada, para fazer a guerra* (obra citada).

¹¹ Em *A revolução urbana*, obra citada, p.157, grifos do autor.

brasileira recente, a partir da mudança parcial da regulação social – comumente conhecido como período “neoliberal”, inaugurado com Collor de Mello presidente do Brasil em 1990.

Espaços de urgência: extrínsecos ao urbano?

Nos dias de hoje, fortalecem-se as considerações sobre a negatividade da metropolização brasileira, cada vez mais identificada como “violência”. Se o discurso que procura justificar o “crescimento desordenado” como causador das condições de vida tão precárias para a maioria dos habitantes ditos “urbanos”, também nas elaborações ditas “científicas” encontram-se interpretações que, grosso modo, atribuem tal fato à insuficiência da modernização brasileira. Nestes casos, os espaços de urgência são vistos como incompletos ou até como excrescências desta urbanização. O modo de abordagem (pretensamente) teórica e prática para tais espacialidades se restringe a denunciar a ausências dos elementos já presentes em outras – em geral ditas como efetivamente urbanas – e anunciar sua redenção por meio da aquisição das condições presentes nos espaços reconhecidos, pelo senso mistificado¹², como urbano. Se já se encontram falas críticas em relação aos resultados de intervenções convencionais nos espaços “não-urbanizados” ou nos “desurbanizados”, quase sempre analisam o presente – a forma – sem buscar os fundamentos que realizaram e realizam a espacialidade da urbanização brasileira, e assim não reconhecem as especificidades – o que não quer dizer especialidades – da produção do espaço que informam os nexos entre o todo e o que não aparece como “urbano” conforme o modelo do urbanismo que se instalou na sociedade brasileira¹³.

Tais arroubos, não obstante suas variações e algumas discordâncias internas, caracteriza a urbanização como fenômeno atrelado a uma forma dita como “cidade”. Até os

¹² Henri Lefèbvre explica que a mistificação ocorre quando a prática de Estado – no contexto chamado de “moderno” desenvolve-se em prol do perpétuo crescimento econômico, da mercadoria – foi socializada a ponto de já não encontrar divergência no âmbito da política, ou seja, as classes da base da sociedade, já não alcançam as decisões. Neste momento, o conhecimento já foi tornado não-pensamento; o todo é, mesmo com dificuldades, impelido e gerido com ideologias. O discurso e os traços da ciência chegam à parcela que não participa da produção da mesma sem contrapelos ao sentido incontestado da contínua reprodução da mercadoria. Mais que isto, não há debate para além dos marcos da economia política (*O Estado*, Trad. de Sérgio Martins do original *De L'État*, 4v., Paris, Union Générale d'Éditions, 1976-1978, prim. Versão início de 2001; em especial p. 76 e ss.).

¹³ Como afirma Sérgio Martins, o urbanismo no Brasil consiste “... Nesse processo, em que o Estado passa a arrebatá para si a prerrogativa da *vita activa* com a qual a modernidade emergiu e se legitimou historicamente, o saber político detido pelo corpo de especialistas a seu serviço consiste em meio imprescindível à atuação do Estado moderno. Em verdade, o saber político integra o que Lefèbvre denominou por acumulação política, isto é, a acumulação dos meios pelos quais a sociedade política, produzida pela sociedade civil (não se pode esquecer), nela atua, engendrando relações sociais fortemente vinculadas à reprodução social. Por conseguinte, aspecto crucial da acumulação do capital.” Para tal autor, o desafio é enorme: “... Numa sociedade como a brasileira, na qual sempre foi bastante acalentada a perspectiva de que o acento da ação política deve ser deslocado em favor da racionalidade das instituições e, em seqüência, dos poderes a elas correlatos, ...” (“O urbanismo: esse desconhecido saber político”, in *Revista Brasileira de Planejamento Urbano e Regional*, * Campinas, n. 3, 2000. p.*). Tão importante é pensar nos exemplos das “cidades planejadas” na sua totalidade, como Belo Horizonte, Goiânia, Brasília e Palmas.

dias de hoje, o “urbano” é definido como a materialidade localizada em formas contínuas de ocupação e utilização materialmente concentrada e densa das atividades humanas; para a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – o IBGE –, o urbano coincide com a “cidade” como núcleo a partir de dois mil habitantes. Em tal “urbano” pré-definido pelo Estado, os espaços de urgência foram concebidos como erros do subdesenvolvimento brasileiro, algo à margem do progresso, pois que somente no Recenseamento Geral de 1991 as favelas foram “incluídas”. Mesmo com essa alteração, a perspectiva de lida com as favelas e espaços congêneres – neste caso, distintos dos loteamentos regulares ou formalizados, quaisquer que sejam as condições e resultados da ocupação – foi enquadrada distintamente do todo da “cidade”, gerando a categorização dicotômica “cidade legal” X “cidade clandestina”¹⁴. As soluções apresentada pelos movimentos que construíram e defendem a plataforma da Reforma Urbana no Brasil, agora atualizados com a aprovação do *Estatuto da Cidade* como regulamentação das possibilidades de uso e utilização da terra “urbana” implicam em “regularizar” juridicamente e dotar materialmente – em termos de infra-estrutura “urbana” – as espacialidades que não alcançaram tais patamares. Daí poderemos inscrevê-los ainda no rol de quem atribui ao Estado a ação de providência quanto aos elementos e dimensões do habitar a cidade¹⁵.

Dentre as críticas incisivas ao estatismo em foco, chamado comum e vulgarmente de “planejamento”, destacamos aqui a que apresenta a idéia de “gestão” como avanço, embora com várias contradições, entraves e impasses. Apesar de já não considerar os espaços de urgência como resultantes de uma urbanização correta no sentido, mas indigente na quantidade dos meios distribuídos, e a partir daí ampliar a questão para o âmbito da “justiça social”, não incorre numa investigação da gênese de tais espacialidades, e assim apresenta o “planejamento dinâmico e científico” – aquele que “é o que se faz dele”, e não a mera prescrição dos governantes, bem como não cientificista – como resolução da problemática das metrópoles¹⁶.

¹⁴ Dentre os autores que assumiram tal classificação, destacam-se Raquel Rolnik, que desenvolve a idéia de “exclusão territorial” como presença na metrópole sem o reconhecimento – e a legitimidade – da sociedade, o que interdita o acesso às condições de infra-estrutura para a própria reprodução como força de trabalho (em *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*, 2. ed., São Paulo, Studio Nobel, FAPESP, 1999). Erminia Maricato toma tal expressão e acrescenta – por vezes sem esclarecer a distinção – a “exclusão urbanística” e a “realidade ignorada” (“As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil”, in: *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*, em co-autoria com Otilia Arantes e Carlos Vainer, 2ed., Petrópolis, Vozes, 2000, p.121-192).

¹⁵ Encontra-se em Lefèbvre o conceito de “habitante” no sentido da concretude da vida, ou seja, de relações sociais não só resultantes, mas dialeticamente propulsoras da vida moderna, ao contrário de uma acepção *reductora* à concepção ecologista do “habitar”, que põe na natureza as determinações à qualquer sociedade, à vida humana, enfim (*A revolução urbana*, obra citada, em especial p. 80 e ss.).

¹⁶ Para uma extensa defesa de tal perspectiva, veja-se Marcelo Lopes de Souza, em *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos* (Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002).

Assim, vê-se que mesmo a Geografia brasileira, nalguns de seus expositores, aborda a periferia como algo aquém da produção do espaço – numa acepção mais rasa, correspondente às concepções do urbanismo – digno de ser chamado urbano. Aliás, sequer considera a produção como amplitude da realização do humano¹⁷. Desse modo a metropolização – e a metrópole – são vistos como soma e subtração dos “positivos” e “negativos” do urbano – respectivamente os que “contribuem” e os que “atrapalham” o progresso desta sociedade – e então há “pedaços” inscritos, adjacentes ou próximos ao tecido urbano contínuo – a famigerada “mancha urbana” que a Geografia no Brasil tanto apregou por meio dos manuais didáticos para o ensino na escola regular – que não deveriam ser considerados urbanos, seja porque não se aparentam material e visualmente com o modelo de cidade por aqui cultuado, seja porque há alguma reflexão sobre o acesso e a presença nas relações modernas – a troca, a referência objetiva para além das mitologias e crendices, etc. Assim os espaços de urgência são apresentados às vezes como “subúrbio”, cuja compleição física e socioeconômica não contém ou contém incompletamente os ditos elementos urbanos¹⁸. Chegam a aparecer como “sistemas culturais autônomos”, com modo de vida próprio¹⁹. O problema em muito residiria, portanto, na dependência econômica da favela – o caso mais antigo dos abordados pelas literaturas que tocam o urbano brasileiro – e similares, a ponto de uma sofisticada interpretação resumir o problema à condição de “monetarização sem dinheiro”, inviabilizando a auto-suficiência das atividades nos espaços de urgência e implicando na presença desconfortável destes nas cidades e metrópoles, para os habitantes “intraperiféricos” e os demais.

Espaços de urgência: intrínsecos ao urbano?

Se o “pensamento social brasileiro” proclama que tais condições tendem a se perpetuar, até porque se reconhece alguma funcionalidade mesma para o crescimento econômico, a questão da segregação tem ganhado peso nos estudos, debates e intervenções recentes; por vezes, alcança-se a noção da excludência como fundamento desta urbanização, e por aí até algum esboço de questionamento da ordem a partir dos “pobres”:

¹⁷ Lefèbvre apresenta, a partir de Marx, que a produção não se restringe à fabricação de coisas, objetos materiais, até porque não se realizaria nem isto se não fosse construída desde a concepção advinda da percepção dos problemas e necessidades e do desenvolvimento abstrato. A produção se refere à constituição e desenvolvimento de relações sociais de produção, ou seja, as próprias normas, formas e modos da sociedade além do escopo da técnica (*A cidade do capital*, Rio de Janeiro, DP & A, 1999, p.37 e ss.).

¹⁸ No Brasil, a concepção de urbano a partir dos anos de 1980 foi bastante influenciada pelo Manuel Castells de *A questão urbana* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975). Trata-se de definição centrada na idéia de “consumo coletivo”, visível, por exemplo, pela presença dos chamados “equipamentos de serviços”. Tal leitura reitera a idéia das periferias como espaço de reprodução da força de trabalho.

¹⁹ A exemplo de Alba Zaluar em *A máquina e a revolta* (São Paulo, Brasiliense, 1985).

“Na verdade o fenômeno da pobreza metropolitana apresenta especificidades próprias vinculadas ao modo de vida nos grandes aglomerados urbanos, Assim, a economia é essencialmente monetária, as famílias mais pobres pouco podendo se socorrer na autoprodução e nos rendimentos in natura para prover à sua subsistência, o que é agravado por vínculos sociais, especialmente familiares, mais tênues do que em áreas rurais ou em centros urbanos menores. A alta densidade populacional exige boa infra-estrutura urbana – transporte e saneamento básico, em particular – fazendo com que carências neste âmbito tomem as condições de vida dos mais pobres especialmente adversas. Finalmente, a maior exposição dos indivíduos aos meios de comunicação, à heterogeneidade cultural e aos contrastes de riqueza renda e poder gera inconformismo com o status quo de pobreza e desigualdade, potencialmente desestabilizador do sistema econômico e político.”²⁰

A partir daí, reconhece-se alguma positividade da metropolização brasileira, pois que a dimensão política, mesmo que de forma incipiente e não-esclarecida, pode adentrar o debate e as intervenções na e da sociedade civil. Porém, se tal questão força os limites da economia política como administração total da sociedade – e o risco sempre presente do controle –, qual o alcance dos ímpetus de apropriação do Estado – como participação e representação das organizações das frações subalternas da sociedade civil brasileira, como nos anos de 1980?

O percurso da Geografia a partir do período conhecido como “renovação”²¹ abriu vertentes diversas, entre as quais interessa aqui as que suscitaram alguma observação sobre a concepção de espaço a fim de alguma abordagem dos espaços de urgência.

Numa delas, o espaço geográfico é apresentado como uma instância da sociedade com peso histórico – no sentido da força de definição dos rumos da sociedade como um todo – semelhante a outras – a jurídica, a econômica, a cultural. Visto como “fator ativo”, o espaço consiste em localização e alguma intervenção, quase sempre vista como setorial. Mediante uma funcionalidade da pobreza – como os pobres pagam, via deslocamento para o acesso aos serviços necessários à sua reprodução como particularidade da sociedade, a manutenção do todo da metrópole²². Tal denúncia, porém, concebe o espaço como

²⁰ Sonia Rocha, em “Renda e pobreza nas metrópoles brasileiras” (in: Luiz César de Queiroz Ribeiro & Orlando Alves dos Santos Júnio, orgs., *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*, Rio e Janeiro, Civilização Brasileira, 1994, p.123, grifos da autora).

²¹ Em verdade, o “Pensamento Brasileiro” como um todo viveu uma renovação a partir da chamada “Reabertura”, com a volta de intelectuais críticos à Ditadura Militar instaurada com o Golpe de 1964. O desenvolvimento teórico da Geografia no período foi descrito por Ruy Moreira em “Assim se passaram dez anos: a renovação da Geografia no Brasil: 1978-1988” (in: *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n.14, jun. 1992, p.5-39).

²² Milton Santos explica assim como a “ocupação periférica” reproduz o “centro” (capítulo 2 de *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*, São Paulo, Nobel, Secretaria de estado da Cultura, 1990, em especial p.53-59).

totalidade analítica no nível da somatória dos “segmentos” ou “setores” das corporações, mas não avança no sentido do espaço como uma síntese da produção, e assim ele próprio como produto, o que implicaria no reconhecimento de uma dimensão em que os movimentos da sociedade vão além de fluxos, pois que dotados de algum sentido utópico – para além do existente – e, quiçá num nível político em disputa com o Estado mesmo, a fim de destituí-lo como demiurgo. Ou seja, a crítica econômica que não supere o enquadramento setorial da economia verá, no máximo, a apropriação como distribuição, como extensão do já existente para o *outro*, mas não a transformação dos fundamentos que reproduzem – repõem continuamente, mudando para manter e reagir – as espacialidades para recompor o espaço²³.

Ainda entre os críticos à idéia da “disfuncionalidade” da pobreza nas metrópoles, outros reconhecem a complexidade e a contínua heterogeneização de espaços de urgência como as favelas. Vêem a “paralelização” das atividades como construção de um território com alguma autonomia, e assim constroem uma síntese em que o espaço não é somente palco ou instância ou fator, mas o próprio meio de realização de quaisquer atividades humanas²⁴. Mais que isto, há uma coincidência entre espaço e propriedade, uma vez que o autor classifica os “espaços” em “privados familiares”, “privados condominiais” e “públicos estatais”²⁵. Apartadas as discordâncias quanto à relação entre a categoria (espaço) e a adjetivação (privada etc.), é interesse observar a aproximação da dimensão política pela introdução da idéia de domínio, o que sugere à Geografia uma lida com a noção – quiçá conceito – de território. Estará aí o conteúdo (de ao menos alguns) dos espaços de urgência que possibilita uma reflexão a fim do enfrentamento da heterotopia do espaço abstrato, e portanto superação do sentido da urbanização tal como se nos apresenta até então?

Outra vertente reconhece mais explicitamente a excludência do próprio modo de produção capitalista (indutor) na metropolização, ao associar a periferia ao inverso que sustenta o seu aparente contrário – os espaços dotados das condições de contribuição a reprodução do capital na e por meio da metrópole. Indica que a distância da acumulação do capital é, na verdade, a proximidade que possibilita a reprodução dos pobres como força de trabalho, o que lhes fornece as condições mínimas para estender sua jornada de trabalho

²³ O autor mantém o esquadro setorial, mesmo após a *Metrópole corporativa fragmentada* (obra citada), na obra *Por uma economia política da cidade* (São Paulo, Hucitec, Ed. da PUC-SP, 1994). Pela via estrutural-analítica, há uma separação paradoxal entre o Espaço e a Política.

²⁴ Marcelo Lopes de Souza, em especial no capítulo “A fragmentação do tecido sóciopolítico-espacial” (em *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000, p.179-220). Apesar de manter a referência setorial, por exemplo ao separar a “economia informal” da “formal”, o autor explora as possibilidades abertas pelos “movimentos sociais urbanos” e confere-lhes avanço quando da participação nas decisões sobre a(s) espacialidade(s) da(s) cidade(s), em especial no processo do Orçamento Participativo (em *Mudar a cidade*, obra citada).

²⁵ Em *O desafio metropolitano*, obra citada, p.197 e ss.).

para além da apropriação direta pelo capital. Os mutirões, o ativismo reivindicatório da infraestrutura urbana – e, em raras, mas valiosas vezes, algo da luta pela centralidade propiciadora do encontro sem a mediação ou intervenção da mercadoria, o *direito à cidade* – e outras formas de coletivização do trabalho implicam em uma poupança – no sentido amplo de distensão e manutenção da taxa de extração da mais valia²⁶. Isto ocorre a ponto de os recursos materiais – sobretudo o dinheiro – geridos pelo Estado em alguma escala e/ou esfera serem objeto de disputa direta pelas classes médias, mas não por quem habita – e reproduz – os espaços de urgência em razão da sua inanição material e ausência de legitimidade social para disputar o fundo público a fim de estabelecer o mínimo do antivalor para concretização de algo do urbano.

Para além da contabilidade da economia política, há quem incida sobre a compreensão da política para além da economia ao revelar o caráter interventor – além de “indutor” – do Estado na urbanização brasileira, bem como dos movimentos a partir das classes populares, como encontrado numa das epígrafes deste texto²⁷. O autor chega a observar o caráter – não previsto em Marx – de anterioridade do Estado no nível da circulação do capital e não mais somente na constituição e instituição das condições gerais da produção *strictu sensu*. Na mútua pressuposição – fundo público e mercadoria – a urbanização aparece como setor com alguma autonomia frente aos capitais a ponto de significar regulação nos demais preços da reprodução da força de trabalho, primeiro porque na indústria da construção civil a baixa composição orgânica do capital mantém sua taxa média de lucro acima dos demais setores²⁸; e segundo, porque estes “setores”, “ramos” e “departamentos” presumem a demanda solvável dos assalariados que sobra dos gastos com a manutenção do morar na metrópole. Assim, com o peso das “tarifas públicas”, por exemplo, no orçamento da maioria do povo, é necessário redefinir o perfil de consumo, o que incentiva a intensificação da produtividade para o conjunto, embora o resultado não venha a ser, necessariamente, um aquecimento da demanda e possível distribuição dos ganhos monetários e/ou jurídicos a partir de alguma prosperidade; com uma elevada proporção de empresas estrangeiras, o ciclo que seria virtuoso se torna reproduzidor da

²⁶ A idéia de que a pobreza dos pobres urbanos é a riqueza dos ricos foi apresentada, entre outros, por Maurício de Almeida Abreu em “O crescimento das periferias urbanas nos países do Terceiro Mundo: uma apresentação do tema” (in: Vários autores, *A construção do espaço*, São Paulo, Nobel, 1986, p.61-70). Também Ariovaldo Umbelino de Oliveira descreve a reprodução da periferia por meio da “autoconstrução” da casa e assim achega a algum patamar da noção de exploração do trabalho extrínseca à fábrica: pode-se entender a mais valia sendo realizada na cidade como um todo (“A lógica da especulação imobiliária”, in: *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 55, nov 1978, p.75-92).

²⁷ Francisco de Oliveira, em “Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes”, in: José Álvaro Moisés e outros, *Contradições urbanas e movimentos sociais*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p.65-76.

²⁸ Henri Lefèbvre observa que o setor se serve tanto do progresso técnico quanto da aceleração em razão da obsolescência produzida das construções materiais (in: *Espaço e política*, obra citada, p.72-73).

pobreza: mais trabalho para o mesmo salário, ou até mesmo trabalho com menos salário. Cada vez mais o povo realiza a base da reprodução do espaço na metrópole. A autoconstrução, por meio da “gestão “participativa”, significa tanto trabalho apropriado e dinheiro “poupado” pelo capital. O espaço de urgência quase sempre visto pela elaboração da economia política como produto – errôneo – da insuficiência da modernização por aqui, mais do que funcional – alguns o observam como base e meio da acumulação – via análise da exploração do trabalho, é hoje condição – fundamento – para a reprodução ampliada do capital, por enquanto mais por suas características externas – a sanha da segregação que fomenta a indústria da segurança e produz esta abstração e virtualidade já como mercadoria – do que internas. Ora, os espaços de urgência não são só o território sensível da presença (semi)controlada dos seus habitantes, mas a territorialidade que justifica o crescimento dos negócios imobiliários que presunçosamente intentam produzir cidades seletivas na metrópole.

Espaços de urgência nas metrópoles e reprodução social: notas para não concluir

Com alguma demonstração da funcionalidade dos espaços de urgência na metrópole, podemos perguntar então sobre o que há para além da trama maquiavélica da mercadoria, que parece controlar a tudo e a todos. Falta confrontar a economia política (do espaço) com as próprias contradições que o capital – seu patrono e afilhado – engendra continuamente. Trata-se de buscar na dialética o que, além da lógica, faz o conhecimento reencontrar-se com o real, o movimento concreto do que, segundo o discurso tão em voga hoje – enaltecido do progresso em formas pretensamente lúdicas como o entretenimento – , parece até paralisado pela falta de condições de acompanhar os degraus prescritos de algum sucesso. O que é (ou será) esse outro? Se há reconhecimento até da pobreza e da negatividade do trabalho – segundo alguns, “pura” – a compor significativamente a valorização – e vimos aqui algo em que o espaço tem a ver com isto –, qual dimensão da existência se encontra, mesmo que temporariamente, imune à ofensiva totalizadora da troca capitalista?

Até aqui, vimos o que a Economia Política legou à compreensão e possibilidade de intervenção à guisa de transformação dos espaços de urgência nas metrópoles brasileiras. Observando os limites incipientemente apontados aqui, há que se irromper as referências teórico-metodológicas da Geografia brasileira – quiçá latino-americana, dadas as semelhanças da urbanização-metropolização nos países em tal continente. O reconhecimento da urbanização crítica, como período experienciado por ora, pode ser um passo inicial para uma reflexão sobre as influências reais e possíveis dos espaços de urgência nas metrópoles brasileiras, o que inverte e contraria a perspectiva de integrá-los à ordem vigente por aqui. Também se questiona a capacidade de provimento da vida por meio

da mera apropriação dos produtos e meios decalcados da centralidade mercantil da forma mercadoria deste período do desenvolvimento do capital.

A geografia brasileira tem desenvolvido, cada vez mais, estudos acerca da valorização do espaço como expediente de atualização da reprodução do capital no território brasileiro, fenômeno vigente, sobretudo, no chamado “espaço urbano” e nas metrópoles, uma vez que estas são o conteúdo máximo da concentração das diversas formas da produção da riqueza e da reprodução da existência humana. O surgimento dos espaços produzidos mui sofisticadamente nas metrópoles brasileiras aparece inclusive como questionamento à pretensa “urbanização”, externa embora adjacente à superfície contínua das metrópoles, o que sugere que a modernização por aqui tem como único pólo a produção mais requintada do espaço. Porém, o conhecimento dos circuitos e cadeias da produção do espaço, desde o setor imobiliário até a dimensão política mais ampla da luta entre os sentidos público e privado da reprodução do mesmo, implica em percebermos que tal desenvolvimento metropolitano é garantido por meio da formação e manutenção dos chamados “espaços de urgência”. Ou seja, o que consiste e amplia a modernização no nível do crescimento econômico impingido à sociedade brasileira é o todo social em espacialização, desde as extensas periferias metropolitanas (inclusive as favelas), e não só os circuitos e frações mais rentabilizadas da reprodução do espaço. Assim, a Geografia não deve pensar somente nos espaços sofisticados para entender a reprodução social (dualismo que marca em muito a elaboração brasileira), mas observar a totalidade da produção do mesmo para intervir mais dignamente como conhecimento superior, ou seja, de superação da realidade existente.

A apropriação é um momento chave para entendermos o(s) sentido da metropolização na metrópole brasileira contemporânea, a fim de entendermos as (im)possibilidades do urbano. E então pode se completar a análise da produção do espaço em seu sentido mais amplo, sua intervenção na própria reprodução social.